

Editorial: A Convenção não é só para 2019

Não, é para um tempo mais longo.

Cada Convenção é elaboração programática, escolha tática e decisão de direção. E, nisso, a próxima Convenção não é exceção. Elabora programa (ao definir posição política e estratégia europeia), define tática (a experiência social e a imagem com que preparamos os confrontos durante 2019, nas europeias, eleições madeirenses e legislativas) e escolhe como e quem dirige o Bloco. Mas é mais do que isso, porque, depois de três anos de acordo parlamentar com o governo do PS, o Bloco aprendeu e fez: deu mais dimensão à luta contra a precariedade e conseguiu algumas vitórias, enraizou-se em algumas autarquias, estimulou movimentos sociais de protesto e deu corpo a propostas que, no fisco, na segurança social, nas rendas da energia e noutras áreas, configuraram a alternativa da esquerda. Mas toda essa experiência confirmou as limitações de um governo do centro e o impasse da estratégia social-democrata na Europa e em Portugal.

O balanço desses três anos, fundamentais para o confronto entre a esquerda e o centro e a direita, são por isso para um tempo mais longo do que 2019. Ao reivindicar o que conseguiu, como o tem feito, o Bloco está a demonstrar que não hesitou no momento certo para impedir a continuidade do governo PSD-CDS. Ao evidenciar o que o PS não quis fazer, está a indicar a exigência da esquerda para o futuro imediato. Assim, ao mostrar que é uma esquerda de confiança, o Bloco está a colocar-se no confronto político como alternativa ao centro. Tem muito trabalho pela frente.

Tem muito trabalho e muito debate. Na Convenção, não são fortes as vozes de adaptação, mas a experiência tem demonstrado que o processo de recuo perante o conflito social se renova permanentemente. Um setor mais ao centro dentro do Bloco defenderá sempre a subordinação política da esquerda ao centro. Em contrapartida, setores sectários defenderão uma forma de identidade baseada na censura do debate e na “purga” (a expressão que popularizaram recentemente), ou em identidades por contraposição (por exemplo, na última Convenção a rejeição do estatuto de paridade entre mulheres e homens nas instâncias de

direção do partido). Nesse caminho, alguns desses setores aproximam-se da mimetização do PCP (vide o entusiasmo com a proposta de retomar o Serviço Militar Obrigatório, em nome de uma fantasmagoria de educação universal para um golpe militar) e até do CDS (vide a utilização da expressão “esquerda encostada” usada até à exaustão por Assunção Cristas transformada em mote de moção).

Rejeitando toda a adaptação, o Bloco sempre escolheu políticas unitárias. Desde a nossa fundação, sabemos que um partido que tem 2 ou 10% é minoritário e por isso precisa de políticas unitárias. É esse um dos aspetos mais importantes que nos separa das esquerdas sectárias. A nossa identidade serve para propor políticas ofensivas e transformadoras, não para nos defendermos dos outros. Esta abordagem da política unitária tem sido fundamental para a confiança que fez do Bloco o terceiro partido nacional. E será posta à prova, quando apresentamos medidas que são as que decidem o governo em 2019, no Serviço Nacional de Saúde, na dívida e controlo da banca, na energia e nos bens comuns, nas leis do trabalho...